

ATA N.º 1/2026
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA
EM 27 DE FEVEREIRO DE 2026

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, pelas catorze horas e quinze minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória do seu Presidente, datada de dez de fevereiro do ano corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 -** Apreciação da Atividade Municipal;
- Ponto 2 -** Análise, discussão e votação da proposta de contratação de empréstimo – financiamento diversos investimentos;
- Ponto 3 -** Análise, discussão e votação da proposta de contratação de empréstimo – financiamento projetos cofinanciados;
- Ponto 4 -** Análise, discussão e votação da designação do júri de recrutamento do procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau para a divisão de ação social, inserção e saúde e atribuição de despesas de representação;
- Ponto 5 -** Análise, discussão e votação das competências, designação do júri de recrutamento e estatuto remuneratório do procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 3.º grau para a unidade de serviços municipais externos, armazém, floresta e ambiente;
- Ponto 6 -** Análise, discussão e votação das competências, designação do júri de recrutamento e estatuto remuneratório do procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 3.º grau para a unidade de serviços municipais de educação e formação profissional, juventude e desporto;
- Ponto 7 -** Análise, discussão e votação do concurso público para a aquisição do serviço de transporte rodoviário de passageiros na região do Douro;
- Ponto 8 -** Análise, discussão e votação da compra para cedência de parcela de terreno privado em domínio público municipal;
- Ponto 9 -** Análise, discussão e votação da compra para cedência de parcela de terreno privado em domínio público municipal;
- Ponto 10 -** Análise, discussão e votação da representatividade ao abrigo da alínea I) do artigo 17.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

O Senhor Presidente da Mesa de Assembleia, Eduardo Frederico, iniciou a reunião ordinária, apresentando os seus cumprimentos ao Executivo, na pessoa do Senhor Presidente, aos Senhores Membros da Assembleia, ao Público presente e aos funcionários que participam na sessão.

Dado haver Público presente informou que se pretenderem fazer alguma intervenção no fim da sessão devem desde logo efetuar a inscrição na mesa, referindo nome, morada e assunto a tratar. As intervenções serão limitadas a cinco minutos por cidadão.

De seguida solicitou ao 1.º Secretário da Mesa, Daniel Bento, que procedesse à chamada dos membros da Assembleia, o qual aproveitou para cumprimentar os membros da Mesa

da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados municipais e demais cidadãos presentes. Realizada a chamada dos membros da Assembleia Municipal, verificaram-se as ausências dos deputados Frederico Alexandre dos Santos Selores e José Fernando dos Santos e ainda José Manuel Andrade Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Valongo dos Azeites, que se fez substituir pela Secretária da Junta de Freguesia, Maria Emília da Cruz Monteiro, a quem deu as boas vindas.

O Senhor Presidente da Assembleia aproveitou para informar que relativamente às ausências verificadas na sessão de 20 de dezembro, as mesmas foram consideradas como justificadas, relembrando que as justificações de ausência às sessões da Assembleia devem ser dirigidas à Mesa da Assembleia.

Na sessão da Assembleia, no âmbito do Projeto de Cidadania e Desenvolvimento, estiveram presentes as turmas dos alunos do 4.º ano do Centro Escolar de São João da Pesqueira e os alunos das turmas de 3.º e 4.º anos dos Centros Escolares de Ervedosa do Douro, Paredes da Beira e Trevões. Deu as boas vindas a todos os alunos, à Casa da Democracia, fazendo votos para que a presença e participação fosse útil para a aprendizagem cívica.

O Senhor Presidente da Assembleia prosseguiu a sessão proferindo as seguintes palavras: "Faz esta semana quatro anos que o povo ucraniano viu o seu país ser invadido pela Federação Russa, encontrando-se desde essa data a sofrer os horrores duma guerra injusta, descabida, sem respeito pela soberania e independência do povo ucraniano e a integridade das suas fronteiras, provocando a morte e a desolação de milhões de pessoas, o seu sofrimento, a deslocação forçada e a separação de famílias, bem como uma crise de nível internacional sem paralelo, que a todos afeta diariamente, o que nos deve fazer refletir sobre o nosso futuro comum, sobre a defesa da democracia e da liberdade dos povos, bem como preocupar e alertar para os dias difíceis que ainda iremos ter de enfrentar, este ano mais agravados ainda pelas políticas tarifárias e pela guerra ideológica que os Estados Unidos pretendem impor contra os princípios fundamentais que levaram à criação da Europa, sem qualquer respeito pelos acordos e alianças estabelecidos desde há décadas, preferindo acabar com o isolamento da ditadura Russa e torná-la seu parceiro preferencial para o expansionismo que a ambos interessa, designadamente pelas riquezas minerais existentes na Ucrânia e noutros países como a Gronelândia."

Posto isto, solicitou aos Senhores Presidentes de Junta, em cujas sedes não foram realizadas quaisquer sessões da Assembleia, que informassem da sua disponibilidade para o efeito, tendo em vista que a sessão da Assembleia Municipal do próximo mês de junho seja realizada fora do Salão Nobre dos Paços do Concelho.

De seguida, solicitou aos representantes da autarquia eleitos para as várias Comissões e Conselhos Municipais para que informassem a Assembleia sobre as reuniões realizadas e temas discutidos.

Foram inscritos Ana Amaral e Teófilo dos Anjos representantes, respetivamente, do Núcleo de Inserção Social e da CIM Douro, os quais informaram:

A Deputada Ana Amaral apresentou um resumo, que passo a transcrever: "Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e Público aqui presente.

Uso da palavra na qualidade de representante do município no Núcleo Local de Inserção para dar nota do trabalho de acompanhamento social que tem sido desenvolvido no nosso Concelho. Foram aprovados 19 contratos de inserção para os beneficiários do RSI no

Concelho, foi feito o acompanhamento social através do SAS, de forma a monitorizar o cumprimento dos deveres das famílias apoiadas, articulou-se com entidades de forma a mobilizar recursos que combatam a pobreza e a exclusão social de forma integrada. A nossa atuação no NLI garante que a aprovação de cada contrato de inserção é um passo sustentado para a integração laboral, mas sabemos que não há emprego sem saúde, por isso a nossa articulação direta com a unidade de saúde familiar é o pilar que nos permite recuperar a plena capacidade dos nossos munícipes, garantindo que o apoio social é o motor que transforma a vulnerabilidade em autonomia produtiva. Saliento a importância do IEFP como parceiro constante nesta triagem, mais do que gerir processos, a presença do município no NLI garante que cada euro investido se traduz em planos de inserção reais. Estamos a transformar a assistência em oportunidade, combatendo a pobreza com estratégia e proximidade. Em São João da Pesqueira o nosso compromisso no NLI vai além da gestão de processos, é um compromisso com as pessoas ao garantirmos o rigor na aprovação dos contratos de inserção, a eficácia na integração laboral e uma articulação próxima com a nossa unidade de saúde familiar. Estamos a transformar o apoio social num caminho real de dignidade, trabalhamos para que cada munícipe recupere a sua autonomia, porque uma Terra de vinhos e de história faz-se, acima de tudo, com o valor e o trabalho da sua gente. Muito obrigado.”

De seguida tomou a palavra o Deputado Teófilo Anjos que deixou o seu testemunho: “Boa tarde a todos, cumprimento a Mesa na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, deputados, Senhores Presidentes de junta, estimado público presente, futuro do nosso concelho, como dizia o Daniel Bento e muito bem, muito obrigado pela vossa presença. Dar-vos nota aqui da primeira reunião da Assembleia Intermunicipal da CimDouro, que ocorreu no dia 6 de fevereiro de 2026 no auditório municipal de Carrazeda de Ansiães, onde estive eu e o meu colega, que hoje não está presente, Frederico Selores. Estivemos a representar o nosso concelho nesta reunião, na qual tomaram posse todos os membros da Assembleia Intermunicipal, tendo-se procedido à eleição e à instalação da Mesa da Assembleia Intermunicipal, que ficou composta ou constituída pelo Presidente Fernando Lobão, que é o atual Presidente da Assembleia Municipal de Lamego, Vice-Presidente, Ana Peleira, Presidente da Assembleia Municipal de Freixo de Espada à Cinta, Secretário António Leal, Presidente da Assembleia Municipal de Alijó. Procedeu-se também à eleição do Secretário-Geral e do Secretário-Executivo Intermunicipal da CIMDouro, para que foram eleitos como primeiro Secretário-Executivo, João Rodrigues, Secretária-Executiva, Bernardete de Sabrosa e Secretário-Executivo, Miguel Santos. Foram também analisados, discutidos e votados os seguintes pontos da ordem do dia que fizeram parte desta primeira reunião. Primeiro ponto para deliberar sobre o Mapa de Pessoal 2026 e as Opções do Plano 2025/2029, no Segundo ponto foi deliberada também a proposta de autorização genérica para dispensa de autorização prévia na Assembleia Intermunicipal. No Terceiro ponto foi deliberada a atualização do Regimento da Assembleia Intermunicipal da CimDouro. E o Quarto e último ponto foi para deliberar sobre a lista dos candidatos a membros do Secretário Executivo Intermunicipal e é só o que me oferece transmitir. Obrigado.”

Não havendo mais inscrições passou-se ao Período de Antes da Ordem do Dia, tendo o Presidente da Assembleia colocado à consideração da Assembleia a dispensa da leitura da Ata n.º 7/2025, de 20 de dezembro.

Nada havendo em contrário, colocou-se a referida Ata à apreciação dos Membros da Assembleia para eventuais propostas de alteração/correção.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para os Membros da Assembleia se poderem inscrever para apreciação da Ata da última reunião.

Não havendo intervenções sobre a Ata n.º 7/2025, colocou-se a mesma à votação da Assembleia, a qual foi aprovada por unanimidade, com as abstenções dos deputados não presentes na sessão anterior (Luís Filipe Pina e Otilia Carvalho).

O Senhor Presidente da Assembleia deu conta da correspondência recebida, a qual ficou arquivada na correspondente pasta para quem a quiser consultar:

- Sessão On Line da ANAM em Rede dedicada à temática das **Assembleias Municipais Jovens**;
- Ofício da Assembleia Municipal de São Pedro do Sul a dar conhecimento de Moção “Em Defesa dos Agricultores, das Comunidades Rurais e do Equilíbrio do Território”.

Antes de abrir inscrições para os Senhores Deputados poderem intervir sobre assuntos de interesse para o Município, o Sr. Presidente da Assembleia dirigiu a palavra aos alunos presentes para explicar sumariamente a função da Assembleia Municipal, o seu funcionamento e competências, que passo a transcrever:

“A Assembleia Municipal é o órgão deliberativo e fiscalizador do município, sendo constituída por onze presidentes de junta de freguesia e por quinze membros eleitos pelo colégio eleitoral do município, bem como pelo Executivo Camarário. Todos os que fazem parte da Assembleia Municipal foram escolhidos pelos eleitores do Concelho em eleições autárquicas livres, graças à Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974.

A Assembleia Municipal rege-se por um Regimento, tendo como principais competências:

- o acompanhamento e fiscalização da atividade da câmara municipal e dos serviços municipalizados
- a apreciação de informação escrita sobre a atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo
- a aprovação de referendos locais para audição dos eleitores sobre temas de interesse para o município
- a tomada de posição sobre relatórios resultantes de ações tutelares ou de auditorias executadas sobre a atividade dos órgãos e serviços municipais
- a tomada de posição perante os órgãos do poder central sobre assuntos de interesse para a autarquia.

São ainda competência da Assembleia, sob proposta do executivo camarário:

- a aprovação de regulamentos e taxas municipais
- a aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento, bem como das respetivas revisões
- a aprovação ou autorização para a contratação de empréstimos
- a aprovação da criação ou reorganização de serviços municipais, bem como dos quadros de pessoal dos diferentes serviços do município
- a deliberação sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal
- a eleição de representantes do município em comissões municipais ou intermunicipais.

As sessões da Assembleia podem ser ordinárias, que ocorrem 5 vezes por ano, ou extraordinárias, sendo constituídas por 3 períodos distintos: Antes da Ordem do Dia, Ordem do Dia e Intervenção do Público.

O Período Antes da Ordem do Dia destina-se à aprovação das Atas das Reuniões e ao tratamento de assuntos de interesse para o município, tendo uma duração máxima de 60 minutos.

O Período da Ordem do Dia destina-se a efetuar a análise, discussão e aprovação das propostas constantes da ordem de trabalhos.

O Período de Intervenção do Público destina-se a ser utilizado pelos cidadãos para solicitar esclarecimentos sobre assuntos previamente referidos na inscrição inicial, tendo uma duração máxima de 30 minutos, não podendo exceder 5 minutos por cidadão.

As deliberações da Assembleia são realizadas através da votação dos seus membros que pode ser expressa por escrutínio secreto, por votação nominal ou por braço no ar.”

De seguida dado o carácter excecional da presença dos jovens alunos na Sessão, submeteu à consideração dos Membros da Assembleia a possibilidade de poderem ser colocadas questões pelos alunos presentes, caso assim o pretendam, antes do Período da Ordem do Dia.

Não havendo oposição, aceitaram-se inscrições por parte dos alunos presentes, que devem dirigir-se ao púlpito para fazer as suas intervenções, indicando o seu nome e as questões que gostariam de ver respondidas. Foram inscritos Matilde Salgado, Simão Lopes, Edgar Martins, Maria Sequeira, Matilde Pinto, Ana Rita, Mariana Cruz, Mário Mashdo, Matilde Amaral, Dinis Martinho, Matilde Vilas Boas, Mateus Augusto e Luísa Pereira.

Proferiram:

Matilde Salgado – “Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara e restantes membros desta Assembleia. Somos os alunos da turma T2/4 do Centro Escolar de Trevões estamos aqui para trazer a esta Assembleia a colocação de um ecoponto no recreio da nossa escola uma vez que os ecopontos da freguesia estão afastados e nem sempre as condições climáticas nos permitem a deslocação aos mesmos. O ecoponto na escola facilita a separação do lixo, porque a aprendizagem teórica em atividades práticas beneficia tanto alunos como o planeta, porque a separação permite reutilização de materiais, porque adquirimos o hábito da separação, porque os hábitos se aprendem desde pequeno, porque passamos a ser exemplo para os nossos pais e a comunidade escolar para preservar o ambiente, pois os recursos naturais na terra não são infinitos, porque não basta ouvir os professores a falar de ecologia e sustentabilidade temos de agir todos os dias para que a reciclagem se torne um hábito para a nossa geração e a vida toda. Esperamos que o nosso pedido seja atendido. É importante referir aqui à Assembleia qual é o tipo de ecoponto que nós pretendemos. Portanto, nós também trouxemos uma imagem daquilo que se pretende. Não é muito complicado, Senhor Presidente, muito obrigada a todos por nos ouvirem.”

Maria Sequeira – “Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, somos alunos do quarto ano da escola de Ervedosa do Douro. Estamos a aprender sobre o poder local e gostaríamos de lhe fazer algumas perguntas para perceber melhor como funciona a Assembleia Municipal. Obrigado por nos receber.

Porque quis ser Presidente da Assembleia Municipal? Como é que decidem onde gastar o dinheiro do município? Nós viemos aqui para decidir melhorar o nosso recreio, melhorar o campo de futebol para que nos dias de chuva possamos brincar lá. O senhor gosta do que faz? O que podemos fazer para ajudar a melhorar o concelho?

Matilde Pinto - Boa tarde, Senhor Presidente e membros da Assembleia, estou a representar a escola de Paredes da Beira e gostávamos de pedir algumas coisas. Nós precisávamos de um aquecimento e um ar condicionado porque não estamos confortáveis no verão e no inverno. Precisávamos de um projetor porque simplesmente o nosso não dá, não é nítido. Também era preciso compor o telhado porque há um buraco e cai humidade na sala,

estragando os trabalhos que estão na parede. Precisávamos também de armários novos, porque os que estão lá estão um bocadinho estragados e são difíceis de abrir. Agora vou pedir umas coisas para o nosso recreio. Precisamos de compor o piso do recreio porque quando chove fica tudo alagado. Também precisávamos de um coberto para o recreio, para podermos brincar no inverno quando estiver a chover e também poderíamos apanhar um bocadinho de ar e também gostaríamos de ter um parque para brincar nos dias de sol.”

Matilde Vilas Boas – “Temos 2 propostas para fazer: um pavilhão no nosso campo porque nas situações climáticas mais adversas não podemos ir para o campo e fazer educação física e para acolhimento dos animais abandonados queremos construir um canil com sede em São João da Pesqueira para os animais abandonados. “

Mateus Augusto – “Olá boa tarde, nós somos os representantes da turma P4B, somos do quarto ano e viemos da escola São João da Pesqueira.

O nosso tema é criação de um centro de adoção para animais abandonados, proposta para a assembleia municipal, porque achamos que todos os animais merecem cuidado, proteção e uma família. Na nossa vila, existem cães e gatos abandonados que precisam de ajuda e a nossa ideia é criar um centro municipal de adoção para cães e gatos abandonados, dar cuidados de saúde gratuitos aos animais resgatados, vacinas, alimentação e tratamento veterinário, ajudar os animais a encontrar uma nova família porque é importante, reduz o abandono de animais, protege a saúde pública, ensina respeito pelos animais e dá uma segunda oportunidade aos animais.”

Depois de apresentados todos os testemunhos, o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a participação de todos, e respondeu às questões colocadas. Referiu que o ser Presidente da Assembleia acabou por acontecer por várias razões.

Por ser um filho da terra, e sentir o dever e vontade de ajudar o seu concelho, tendo iniciado a vida política em 2004, na altura com uma equipa que se propôs a eleições para a Assembleia Municipal e que, de certa maneira, pudesse ser oposição. Mesmo estando na oposição, sempre se colocou à disposição do executivo para poder auxiliar naquilo que fosse possível dentro das suas competências, disponibilidades e conhecimentos que tinha como profissional. Também pelo “bichinho”, acabando por ser uma consequência da sua vida e atividade política no concelho de São João da Pesqueira prolongada ao longo do tempo, culminando com o convite do atual Executivo Camarário. Proferiu ainda que, “Nós estamos, não somos, nós estamos presidente um dia deixamos de ser.”

Finalizada a sua intervenção o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que iniciou a sua intervenção dirigindo os cumprimentos a todos os eleitos e especialmente aos alunos, comunidade escolar que visitou a Assembleia, destacando a iniciativa e a forma ativa na sessão. Apresentou os elementos que compõem a estrutura do Executivo Municipal, que trabalham consigo diariamente e que olham às necessidades da comunidade de modo a implementar da melhor forma o orçamento de que dispõem, apresentando depois a Assembleia, que é o órgão fiscalizador e que vai interrogando, dando orientações e também decidindo questões maiores, as mais importantes, de modo a executar os projetos e programa a que se propuseram, enquanto Executivo.

Proferiu ainda que na casa da Democracia, todos podem ter ideias diferentes, sendo normal uma discussão saudável e serem aceites todas as opiniões relativamente a muitos assuntos, pois tudo tem um propósito, o melhor para o Concelho.

Incentivou a que todos os jovens levassem esse ensinamento para a vida, que há opiniões contrárias e devemos ouvir o outro e saber a opinião dele.

Em relação às questões colocadas pelo Centro Escolar de Trevões, relativo à colocação de ecopontos, felicitou estes, pelo interesse na defesa do ambiente e comprometeu-se a

analisar o pedido, de forma a tornar uma realidade o pedido, assim como já fizeram com a aplicação de um compostor.

Quanto ao Centro Escolar de Ervedosa, destacou as obras já executadas no edifício e as que vão iniciar, prometendo analisar o pedido de cobertura no recinto exterior, mais propriamente o campo de futebol, pois tudo fará para proporcionar melhores condições nas escolas.

Em relação à questão de como ajudar a melhorar o concelho, respondeu prontamente que será participarem de forma ativa como fizeram na sessão, partilhando ideias, respeitando opiniões e principalmente estudarem, pois, um dia poderão estar eles no lugar de presidente ou deputado e a decidirem o futuro do concelho.

Quanto à definição onde é investido o dinheiro, disse que são matérias indispensáveis e onde tem de se gastar mesmo dinheiro, como a educação, onde anualmente é investida uma verba de dois milhões de euros porque entende que a educação é um pilar fundamental, assim como a saúde e a ação social, porque a comunidade é envelhecida, uma comunidade com freguesias muito isoladas e, portanto, é uma aposta. Na agricultura também, com melhoria nas acessibilidades.

O Centro Escolar de Paredes pediu aquecimento e ar condicionado de modo a tornar o espaço mais acolhedor. Constatou que é um centro escolar que não sofreu as mesmas intervenções que outros já tiveram, sendo o edifício dos mais antigos, mas já foi possível melhorar a cantina que não tinha condições nenhuma. Demonstrou-se empenhado em melhorar o edifício, sobretudo no que diz respeito às melhorias de climatização, solicitando a que os responsáveis nos centros escolares pressionem os presidentes de junta de modo a satisfazer algumas necessidades, uma vez que são financiados e também têm responsabilidades. Será objeto de estudo a construção de um parque.

Quanto ao Centro Escolar da Pesqueira informo que vai ser intervencionado, com a aplicação de uma cobertura no campo exterior, tendo já sido adjudicada a obra, portanto, essa questão está ultrapassada, serão ainda resolvidas pequenas situações de infiltrações no edifício. Falaram ainda da construção de um canil e centro de adoção de animais. Reforçou que o Município optou por construir um canil intermunicipal, portanto, a Pesqueira tem um canil foi uma obra executada por São João da Pesqueira, Penedono e Sernancelhe, que se situa em Penedono, mas é um canil dos 3 municípios que já está a funcionar e onde se podem fazer também adoções.

Finalizada a sua intervenção o Presidente da Mesa de Assembleia agradeceu e acrescentou que a aplicação das verbas monetárias também diz respeito à Assembleia, mencionado que as propostas apresentadas pelos alunos, carecem dessas verbas para poderem ser executadas, e esse investimento terá de constar no orçamento, caso contrário, terá a Assembleia de votar uma possível retificação orçamental, deixando claro que toda a gente pode fazer propostas, no entanto terão de ser seguidos os tramites legais e o processo burocrático, de forma a que seja possível a sua concretização.

Aproveitou ainda para informar que às 16h00 os alunos se ausentarão para apanhar o transporte, propondo um intervalo de 5 minutos.

De seguida abriu as inscrições para os membros da assembleia que pretendam intervir sobre assuntos de interesse para o município, tendo-se inscrito Anabela Sousa, Paulo Bito, Teófilo dos Anjos e António Balça.

Tomou a palavra a Anabela Sousa, cumprimentando todos os presentes e manifestando a sua vontade em poder ter as crianças da sua comunidade escolar de Castanheiro do Sul ali

presentes, no entanto a par de outras freguesias, o centro escolar já se encontra fechado. Posto isto, reconhece o trabalho que é feito pelo atual executivo, assim como todos os funcionários, desde a proteção civil a todos os intervenientes que foram incansáveis durante as intempéries que se fizeram sentir, aproveitando para questionar o Senhor Presidente do ponto da situação da estrada de Várzea.

De seguida tomou a palavra Paulo Bito, cumprimentando a mesa na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, Deputados e, muito especialmente ao querido Público muito jovem ali presente. Agradeceu, tal como a colega Anabela Sousa fez, pelo contributo à sua freguesia para enfrentar as calamidades que foram trazidas pelo carrossel de intempéries, sendo sempre uma mais-valia, através do apoio dos funcionários, que tiveram um desempenho assinalável. Alerta para as questões de perigosidade em casco urbano, nomeadamente nos cascos mais antigos das aldeias em que as casas muitas vezes estão abandonadas por vários motivos, sejam eles por desentendimentos de heranças, como todos bem conhecem ou por outro tipo de razão, vão acabando por não ser disponibilizadas à oferta no mercado e acabam por se ir deteriorando ao longo do tempo, constituindo assim um perigo para a proteção civil e para a segurança das pessoas e dos bens. Nessa lógica lançou um repto ao Município, para as áreas de reabilitação urbana, de regeneração urbana, desde logo a questão do IVA nas construções, que reduz de 23% para 6%, a isenção do IMI e também do IMT, alguns exemplos para o investimento público, o acesso aos fundos europeus, que é uma condição obrigatória ter a área de regeneração urbana para algum tipo de intervenção relacionado com a própria regeneração de espaço Público e do edificado. Solicitando um estudo da perda fiscal com a implementação das áreas de regeneração urbana, o que julga não ser significativo dadas as contrapartidas.

Finalizada a sua intervenção o Presidente da Mesa deu a palavra ao deputado Teófilo Anjos, que deixou um agradecimento público à proteção civil, à câmara municipal, e sobretudo aos populares, porque eles são parte importante deste processo, pois estiveram sempre na linha da frente. Questiona o Senhor Presidente se já tem valores aproximados dos prejuízos no Concelho. E quanto à situação da estrada nacional 222 em obra, extremamente importante para o concelho, como será feita a circulação na época de vindimas. Por fim, refere que têm ocorrido por diversas vezes cortes de energia, não só na sede do concelho, como também nas freguesias, apelando para que a Câmara Municipal faça um pressing junto da E-Redes para solucionar o problema.

De seguida tomou a palavra o deputado António Balça, que dirigiu os cumprimentos a todos os presentes no nome do Sr. Presidente do Executivo e Sr. Presidente da Mesa de Assembleia. Inicia a sua intervenção também abordando a questão das tempestades devastadoras que provocaram grandes prejuízos no concelho, deixando uma palavra de agradecimento a todos os intervenientes que dia e noite não tiveram mãos a medir. Posto isto, elucidou das recentes notícias, transmitidas no canal Now, onde um jornalista transmontano aborda uma questão, que muita tinta tem feito correr, acerca da Vila mais antiga de Portugal, onde este após apresentar os seus argumentos destaca o Concelho de São João da Pesqueira e "atribui" a esta a Vila mais antiga de Portugal, com o primeiro foral atribuído à época, sendo este destaque bastante importante para o Concelho. Felicita o Sr. Presidente pela nomeação para a Direção Nacional de Municípios e Conselho Consultivo da Comissão Nacional da Unesco, onde terá um papel importante na defesa de todo o território, sobretudo o Douro.

Referiu-se ainda à aprovação da aguardente para a confeção de vinho do porto a partir de uvas da região, apelando a que a voz do povo de São João da Pesqueira seja ouvida e tenha força nas decisões desta natureza, ou não fosse o concelho de São João da Pesqueira o maior produtor de vinhos. Apela assim a que possa ser formado um grupo de trabalho com

Manuel
Cordeiro
f

ideias construtivas que possam colocar de novo o Douro no patamar de dignidade para os viticultores, fazendo chegar posteriormente toda a matéria às entidades competentes.

Finalizada a sua intervenção o Presidente da Mesa dá a palavra ao Sr. Presidente Manuel Cordeiro. Antes de abordar as temáticas proferidas pelos deputados, deu os parabéns à Deputada Amélia Figueira e pediu que, durante o pequeno intervalo, de modo a não quebrar o protocolo, todos os presentes, sobretudo os alunos presentes, antes de saírem, cantem os parabéns. Posto isto, deixou umas considerações iniciais, com um agradecimento público a todos os colaboradores externos do Município pelo trabalho desenvolvido em prol da segurança dos habitantes do concelho, minimizando os constrangimentos das intempéries que assolaram o concelho. Foram quinze dias, dia e noite, de trabalho constante, em articulação com os bombeiros, GNR e populares. Durante aquele período foi realizada também uma campanha para apoiar o distrito de Leiria e foram efetuados levantamentos dos prejuízos causados em todo o concelho. Prossegui informando que:

- Está em discussão pública o projeto de regulamento municipal de habitação do município de São João da Pesqueira, que pode ser consultado no Balcão de Atendimento ou através do site do Município;
- Estão a decorrer as inscrições para nadador salvador para quem pretenda tirar o curso.
- Foi assinado um protocolo com os Bombeiros Voluntários de S.J.P. A Autarquia vai apoiar em 50% das obras que não são comparticipadas pelos fundos, eles têm uma candidatura ao PRR, e que o custo total da obra será de 878 mil euros;
- O Município adquiriu uma mini giratória, um desobstruidor e estão a ponderar a compra de uma carrinha elétrica para bio resíduos, ao abrigo de um fundo Europeu, com uma verba na ordem dos 116 mil euros;
- O Município recebeu o quarto encontro de walk football em parceria com a Associação de Viseu onde participaram 17 equipas da Pesqueira;
- O Município participou pela sétima vez consecutiva na FITUR Madrid que é a maior feira de turismo da Europa, promovendo o concelho, o nosso enoturismo. E terá participação na BTL a decorrer na presente semana;
- As obras da EN 222 estão a decorrer, estando o trânsito proibido, mas os moradores podem passar a qualquer hora, com apresentação de declaração;
- Realizou-se no Salão Nobre a entrega de prémios do concurso de montras de natal de 2025, apresentou o seu agradecimento a todos os participantes;
- Se realizou também o cantar das janeiras no cineteatro;
- Está a decorrer o Estágio Profissional de capacitação de cadetes da natação do Nordeste, envolvendo 45 nadadores e 6 treinadores, com o envolvimento da associação Durius AC Pesqueira;
- O Fórum 1055, com conclusão prevista em julho;
- As obras na UCSF estão quase finalizadas;
- A Loja do Cidadão, estará concluída em finais de abril;
- O Parque desportivo, que já deveria estar concluído, tem uma previsão de mais dois meses para conclusão;
- Foram lançadas novas obras como a eficiência energética, tudo do quadro comunitário 20/30;
- Continua em curso a requalificação de estradas, bem como a Obra no centro escolar;
- Foram abertos os concursos para integração de funcionários de acordo com o mapa de pessoal de 2026.

Por fim, apela a que participem nos eventos realizados nas noites do Museu.

O Sr. Presidente do Executivo em resposta às questões colocadas pelos Senhores Deputados Municipais informou que a questão levantada pelo deputado Paulo Bito, da problemática das casas devolutas, é transversal a todas as Freguesias do Concelho, onde geralmente são questões de alguma complexidade, mas considera a sugestão do deputado

interessante, no entanto as isenções de IMT e IVA não serão tão relevantes, para mudar o paradigma atual.

Em resposta às questões proferidas pelo deputado Teófilo Anjos, referente à EN 222, existe um diálogo constante de forma a minimizar os constrangimentos da população, com circulação alternada, evitando fechar por completo as vias de acesso, a empresa que realiza as obras e a IP, em colaboração com o Município, tentam encontrar as melhores alternativas.

A observação do deputado António Balça sobre o foral é na verdade uma questão que enaltece o Concelho, cada vez mais se fala da Pesqueira. Vila mais antiga de Portugal, Pesqueira e Paredes, portanto, ano de 1055. Quanto à sua nomeação para o Conselho Consultivo da UNESCO, diz-se orgulhoso por poder defender ainda mais o Concelho. A criação de um grupo de trabalho como proposto, fica à consideração dos presentes.

Não havendo mais inscrições deu-se por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia. O Sr. Presidente da Assembleia propôs um intervalo de cinco minutos, pelas 15h55m, onde agradeceu uma vez mais a participação dos alunos, colaboradores e professores presentes na sessão.

Retomada a sessão foi efetuada nova chamada pelo primeiro secretário da Mesa de Assembleia, não se tendo registado novas ausências.

Período da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Sr. Presidente do Executivo se pretende fazer um resumo dos pontos da ordem de trabalhos ou se irá fazer apenas uma introdução a cada ponto antes de dar a palavra aos membros da Assembleia.

De seguida abriu as inscrições para os membros da Assembleia que pretendam intervir sobre o primeiro ponto da ordem do dia, tendo sido inscritos os deputados Rafael Helena e Teófilo Anjos.

Ponto 1 - Apreciação da Atividade Municipal/Informação do Auditor Externo referente ao 1.º semestre de 2025

Tomou a palavra o Presidente do Executivo, onde apresentou um resumo dos elementos disponibilizados sobre o tema. A atividade Municipal foi uma matéria introduzida de forma a clarificar o funcionamento de todas as unidades do Município.

Quanto ao relatório do auditor externo, deixou a nota de que ele se reporta ao primeiro semestre e era aqui também que vos queria dar uma outra nota, refere-se ao primeiro semestre e é para conhecimento da Assembleia.

Trata-se de demonstrações de resultados e mapas de execução financeira, inventariação de bens do ativo fixo, reconhecimento de subsídios e contabilidade de gestão. A inventariação é um tema que requer muito tempo e conhecimento do património existente.

Os subsídios ao investimento muitos deles também definidos no tempo, pois interfere com os anos determinados para a conclusão das obras, sendo natural existirem procedimentos curtos e outros mais extensos, que requerem requalificações a curto prazo, são essas contas que são feitas e que são inventariadas.

No que se refere à contabilidade de gestão, ela surge em tudo o que são serviços externos, serviços do armazém por exemplo, contabilização de custos para determinada execução de

serviço. A contabilidade de gestão ajuda a perceber o custo e a mão de obra necessária, portanto, o relatório mostra, independentemente de todas as reservas, que durante o primeiro semestre do ano 2025, foi possível diminuir o montante de quase 400.000 euros e o património líquido apresenta um aumento significativo. Em suma, o Município apresenta um rácio superior à média dos municípios similares, revelando autonomia financeira, sendo que nesta parte é sempre inferior à média nacional, porque os fundos próprios são muito poucos.

Importante é perceber que, perante o orçamento que o Município dispõe, e tudo a que se propõe e executa, existe um equilíbrio orçamental.

Terminada a sua exposição, o deputado Rafael Helena, iniciou a sua intervenção que se transcreve:

“Relativamente à Ação Social, o resumo apresentado permite compreender as ações desenvolvidas e os números associados, o que naturalmente se valoriza.

Contudo, o documento não permite aferir o impacto efetivo das medidas implementadas, nem o seu grau de cumprimento face a eventuais metas previamente estabelecidas, o que limita a capacidade desta Assembleia para proceder a uma avaliação estratégica fundamentada.

Seria importante que o relatório incluisse uma análise de tendências, com comparação face a anos anteriores, bem como uma identificação clara de resultados alcançados, constrangimentos encontrados e eventuais insucessos. Só dessa forma poderemos perceber se estamos perante uma melhoria estrutural da resposta social ou apenas a manutenção da atividade.

No ponto relativo à área da Educação, o relatório refere a “atualização de protocolo com a Universidade do Porto para o desenvolvimento do Programa Universidade Júnior”.

Poderia o Sr. Presidente da Câmara esclarecer:

Qual foi exatamente a atualização feita ao protocolo com a Universidade do Porto?

Desde a sua criação até ao momento, que ações concretas já decorreram no âmbito deste protocolo (por exemplo: número de alunos envolvidos, atividades realizadas e respetivos resultados)?

Existe alguma avaliação ou relatório intermédio que possa ser partilhado com esta Assembleia sobre a execução e impacto deste protocolo.

Relativamente à página 20, onde é referido o apoio aos agricultores na sequência das tempestades e no âmbito dos apoios excepcionais relativo aos incêndios, gostaríamos de saber:

Quantas candidaturas aos apoios excepcionais dos incêndios foram submetidas por agricultores do concelho?

Quantos agricultores recorreram ao apoio municipal para o preenchimento dos formulários (prejuízo das tempestades)?

Existe estimativa do montante global de prejuízos reportados pelos agricultores e a nível global relativo às tempestades recentes?

Ponto 1 - Auditor

O relatório revela que apenas 21% das receitas do Município são próprias e que 75% das receitas correntes dependem de transferências do Estado, valor bastante acima da média nacional.

Pergunto que estratégia concreta está definida para reforçar as receitas próprias do Município, nomeadamente ao nível da captação de empresas e do aproveitamento do potencial turístico do concelho.”

De seguida tomou a palavra o deputado Teófilo Anjos, proferindo quanto à atividade municipal, que o deputado Rafael Helena tocou num ponto em comum, que é o protocolo

Helena
Beato
P

com a Universidade do Porto. É um protocolo que já existe há muitos anos, inserido no programa da Universidade Júnior, e que o mesmo bem conhece, pela presença assídua do seu filho, fruto de ser um bom aluno e do protocolo existente entre o Município e a Universidade do Porto. Propõe assim a presença de mais alunos, pois acaba por ser uma experiência extremamente benéfica no contexto escolar, incentivando os alunos a alcançar melhores resultados.

Em relação a duas áreas que se estão a destacar, ação social e cultura, são apostas consistentes e com resultados bastantes positivos. Tem sido apresentado um vasto leque de oferta de entretenimento, que faz inveja a qualquer concelho vizinho.

Quanto ao auditor externo parabeniza pela forma clara que são apresentados todos os dados, elucidando que é bom haver investimento e ter contas certas e equilibradas.

O Presidente da Mesa esclarece que independentemente das questões que possam ser colocadas, o relatório de atividade municipal não pode ser equiparado a um relatório de contas, pelo que agradece as questões colocadas pelo deputado Rafael Helena, mas apela ao bom senso. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo para que pudesse responder às questões colocadas.

O Presidente do Executivo subscreve na íntegra as palavras do Presidente da Mesa de Assembleia e acrescenta ainda que em tempos nem era possível perceber a dívida existente e neste momento o relatório de atividades reflete a boa performance dos serviços.

Um plano invejado por muitos concelhos que o Município tem, em tudo o que respeita à área social, à educação, à cultura, e um relatório excelente do auditor, mas uma vez que foi abordado o impacto de um projeto sem ser apresentado em concreto a identificação do mesmo, acaba por questionar o deputado sobre o projeto a que se pretende referir. O deputado Rafael Helena, responde que é referente ao projeto do Radar Social.

O Presidente do Executivo não se mostra surpreendido com a resposta e argumenta que o impacto do projeto é medido de igual forma que os projetos Mãos Ativas, Projeto CLDS, Projeto Pesqueira Educa, entre outros, que melhoram a qualidade de vida das pessoas, combatem o isolamento e todos esses resultados são fáceis de identificar nas atividades realizadas diariamente e nas participações que têm. Todos conseguem medir esses impactos, inclusive presidentes de junta que acompanham de perto todas as atividades.

Invoca a importância de focar as estratégias introduzidas em prol do bem-estar da comunidade e não em individualidades, pois é importante reconhecer o aumento das bolsas de mérito atribuídas, também prémios universidade júnior, e todo o investimento efetuado na educação e desenvolvimento dos jovens e crianças. Não se pode apontar o dedo a tudo o que se faz de bem e com bons resultados, como tem feito a oposição ao longo dos últimos 8 anos.

Na Universidade Júnior eram selecionados o melhor aluno de cada turma e esse planeamento foi melhorado, abarcando todos os alunos que entrem para o quadro de excelência.

A questão dos incêndios, das candidaturas apresentadas, informa que foram 252 candidaturas, estimando um prejuízo de dois milhões de euros. Após o levantamento efetuado por técnicos destacados para o efeito, será a CCDR, juntamente com o Município, a verificar a veracidade dos factos apresentados.

Por último no que se refere à questão das medidas a implementar para reforçar as receitas próprias, respondeu utilizando a expressão, que nem tanto ao mar, nem tanto à terra, pois os benefícios atribuídos aos municípios acabam, por vezes, por ter impacto direto nas contas.

O Sr. Rafael Helena solicitou de novo a palavra tendo acrescentado que abordou aqueles pontos, por considerar serem os mais pertinentes relativamente à atividade municipal e, portanto, o projeto do radar social, assim como outros projetos que estão no município e que valorizam, mas naturalmente trabalham com dados e com comparações quantitativas e, portanto, gostariam de ver nos relatórios da atividade municipal, essa comparação com anos anteriores, pois são projetos de continuidade, reconhecendo o impacto positivo que têm tido nas vidas das pessoas, pelo que presenciam nas redes sociais. Relativamente ao ponto das receitas próprias volta a questionar de qual a estratégia do Município para obtenção de maiores receitas.

De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo para que pudesse responder às questões colocadas, tendo este referido que, relativamente à receita, esta só é possível com investimento, no entanto carece de procura para ser rentável, por vezes não é tão linear. Acaba por fazer ainda referência a dados presentes no Relatório da Atividade Municipal para identificar os resultados dos impactos das ações realizadas.

Não havendo mais inscrições o Presidente da Mesa deu por encerrado o primeiro ponto.

Quanto ao segundo ponto da ordem de trabalhos **Ponto 2 - (Análise, discussão e votação da proposta de contratação de empréstimo – financiamento diversos investimentos)** foi dada a palavra ao Sr. Presidente do Executivo para que este pudesse fazer um resumo deste ponto da ordem de trabalhos.

Tomou a palavra o Presidente do Executivo referindo que o ponto da ordem de trabalhos já havia sido aprovado na reunião de Câmara, encontrando-se agora a votação da Assembleia, envolvendo um pedido de empréstimo a 15 anos, que contempla o pagamento de obras que não são financiadas na totalidade e fazem parte do quadro de investimentos que todos conhecem, financiadas em média a 65% e, portanto, o pedido de empréstimo permite a realização das obras definidas, sem capacidade imediata de serem pagas.

O empréstimo salvaguarda as alterações orçamentais e trabalhos adicionais, normais nestes tipos de procedimentos e infraestruturas de grandes dimensões.

Como exemplo, referiu as condutas de fibrocimento em Ervedosa do Douro, com um financiamento europeu de 517 mil euros, mas a obra já adjudicada elevará o custo para 696.634,80 euros e as condutas de fibrocimento em Riodades que integram a mesma candidatura. A renovação das Etar da Espinhosa, de Soutelo e de Espinho com um valor total de 873.905,00 euros, tem uma comparticipação de 425 mil euros, sendo necessários mais 327 mil euros, sendo, com base nos presentes factos, necessário contrair um empréstimo de 3 milhões e setenta e cinco mil euros. Desta forma apela à compreensão e invoca a oportunidade da construção de infraestruturas importantes para o concelho, com a prova de que mesmo assim é possível manter a redução da dívida.

Acabada a intervenção do Sr. Presidente do Executivo, foram abertas as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições colocou-se à votação o segundo ponto da ordem de trabalhos, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade.

Antes de passar ao terceiro ponto da ordem de trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia perguntou se algum dos Membros da Assembleia pretende efetuar declaração de voto. Não havendo quem pretendesse fazer declaração de voto, passou-se de seguida à discussão do ponto terceiro da ordem de trabalhos (**Análise, discussão e votação da proposta de contratação de empréstimo – financiamento projetos cofinanciados**), tendo sido dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este pudesse fazer um resumo deste ponto.

Acabada a intervenção do Sr. Presidente do Executivo, foram abertas as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Inscrito o deputado César Elias, este iniciou a sua intervenção dirigindo os cumprimentos ao Presidente de Mesa e restantes membros, ao executivo, deputados, Presidentes de Junta e público presente. Relativamente ao ponto 3 da ordem de trabalhos, o orador informou que, juntamente com o deputado Rafael Helena, tinha intenção de se abster, justificando que consideram não ter informação suficiente sobre o projeto do fórum. Salientou que, estando na base do pedido de empréstimo, e em votação, sem informações concretas sobre as valências propostas e concretização atual dos projetos, é-lhes difícil considerar uma aprovação do empréstimo em plena consciência ou avaliar as condições do mesmo. Apresentou a proposta de adiar a votação até que houvesse mais informações, para que todos os presentes pudessem tomar uma decisão mais informada, mas adiantou que, caso a votação prossiga, essa é a intenção de voto. Apesar disso, solicitou a documentação relevante em relação ao projeto, referente a infraestruturas municipais de apoio à cultura e turismo, com apoio estimado em aproximadamente quatro milhões.

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo para que pudesse responder às questões colocadas.

O Presidente do Executivo, informa que já deu conhecimento de todas as obras e valores, bem como referenciou todas as obras adjudicadas e não adjudicadas, com as percentagens de financiamento.

O Presidente da Mesa tomou a palavra e não havendo mais inscrições colocou à votação o terceiro ponto da ordem de trabalhos, tendo-se registado duas abstenções. A proposta foi assim aprovada por maioria, com as abstenções dos deputados Rafael Helena e César Elias.

Antes de passar ao quarto ponto da ordem de trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia perguntou se algum dos Membros da Assembleia pretende efetuar declaração de voto.

Não havendo quem pretendesse fazer declaração de voto, passou-se ao quarto ponto da ordem de trabalhos (**Análise, discussão e votação da designação do júri de recrutamento do procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau para a divisão de ação social, inserção e saúde e atribuição de despesas de representação**) foi dada a palavra ao Sr. Presidente do Executivo para que este pudesse fazer um resumo deste ponto da ordem de trabalhos.

O Presidente do Executivo, informa que o presente ponto se relaciona com a constituição do júri e despesas de representação, tal como constante dos documentos anexos que foram enviados para todos.

Acabada a intervenção do Sr. Presidente do Executivo, foram abertas as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições colocou-se à votação o quarto ponto da ordem de trabalhos, tendo-se registado duas abstenções (Rafael Helena e César Elias). A proposta foi assim aprovada por maioria.

Antes de passar ao quinto ponto da ordem de trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia perguntou se algum dos Membros da Assembleia pretende efetuar declaração de voto.

Não havendo quem pretendesse fazer declaração de voto, passou-se ao quinto ponto da ordem de trabalhos (**Análise, discussão e votação das competências, designação do júri de recrutamento e estatuto remuneratório do procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 3.º grau para a unidade de serviços municipais externos, armazém, floresta e ambiente**) foi dada a palavra ao Sr. Presidente do Executivo para que este pudesse fazer um resumo deste ponto da ordem de trabalhos.

O Presidente do Executivo informou que o júri é o que consta dos documentos anexos que foram enviados para todos. Relativamente à remuneração, ao abrigo da lei que permite fixar o estatuto entre a terceira e a sexta posição, propõe a sexta posição remuneratória para valorizar a chefia e atrair candidatos qualificados.

Acabada a intervenção do Sr. Presidente do Executivo, foram abertas as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições colocou-se à votação o quinto ponto da ordem de trabalhos, tendo-se registado duas abstenções (Rafael Helena e César Elias). A proposta foi assim aprovada por maioria.

Antes de passar ao sexto ponto da ordem de trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia perguntou se algum dos Membros da Assembleia pretende efetuar declaração de voto.

Não havendo quem pretendesse fazer declaração de voto, passou-se ao sexto ponto da ordem de trabalhos (**Análise, discussão e votação das competências, designação do júri de recrutamento e estatuto remuneratório do procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 3.º grau para a unidade de serviços municipais de educação e formação profissional, juventude e desporto**) foi dada a palavra ao Sr. Presidente do Executivo para que este pudesse fazer um resumo deste ponto da ordem de trabalhos.

O Presidente do Executivo informou que o júri é o que consta dos documentos anexos que foram enviados para todos. Relativamente à remuneração, ao abrigo da lei que permite fixar o estatuto entre a terceira e a sexta posição, propõe a sexta posição remuneratória para valorizar a chefia e atrair candidatos qualificados.

Acabada a intervenção do Sr. Presidente do Executivo, foram abertas as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições colocou-se à votação o sexto ponto da ordem de trabalhos, tendo-se registado duas abstenções (Rafael Helena e César Elias). A proposta foi assim aprovada por maioria.

Antes de passar ao sétimo ponto da ordem de trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia perguntou se algum dos Membros da Assembleia pretende efetuar declaração de voto.

Não havendo quem pretendesse fazer declaração de voto, passou-se de seguida à discussão do sétimo ponto da ordem de trabalhos (**Análise, discussão e votação do concurso público para a aquisição do serviço de transporte rodoviário de passageiros**

na região do Douro) tendo sido dada a palavra ao Sr. Presidente do Executivo para que este pudesse fazer um resumo deste ponto da ordem de trabalhos.

Tomou a palavra o Presidente do Executivo que agradeceu a oportunidade de abordar novamente o tema, sublinhando que, embora a matéria já tivesse sido discutida, a situação atual exige uma nova apreciação. Foi delegada na CIMDouro a competência como autoridade de transportes, uma vez que se trata de serviços que cruzam diferentes territórios municipais.

O processo de concurso público tem sofrido atrasos significativos ao longo dos anos, reconhecendo-se a complexidade do mesmo. A Assembleia já tinha autorizado anteriormente o lançamento do concurso; contudo, por se tratar de um compromisso de seis anos (2026 a 2031), configurando encargos plurianuais, é obrigatória uma nova autorização por parte da Assembleia.

O ajuste é necessário porque, no concurso anterior, o horizonte temporal final era 2030, mas, com a nova calendarização para seis anos (2026-2031), os prazos foram estendidos. A CIMDouro revogou a decisão de contratar o concurso anterior, iniciando agora um novo processo que deverá ser lançado no final do ano. Devido a esta alteração temporal, a aprovação da Assembleia terá de ser renovada.

Acabada a intervenção do Sr. Presidente do Executivo, foram abertas as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições colocou-se à votação o sétimo ponto da ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Antes de passar ao oitavo ponto da ordem de trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia perguntou se algum dos Membros da Assembleia pretende efetuar declaração de voto.

Não havendo quem pretendesse fazer declaração de voto, passou-se de seguida à discussão do oitavo ponto da ordem de trabalhos (**Análise, discussão e votação da compra para cedência de parcela de terreno privado em domínio público municipal**) tendo sido dada a palavra ao Sr. Presidente do Executivo para que este pudesse fazer um resumo deste ponto da ordem de trabalhos.

Tomou a palavra o Presidente do Executivo que informou tratar-se da integração de dois terrenos no domínio público, localizados no Bairro do Pendão, em Ervedosa do Douro. Esta matéria, embora já anteriormente discutida, surge agora com novos contornos técnicos. A aquisição destes terrenos justifica-se por dois motivos principais: facilitar a circulação do camião do lixo, permitindo dar a volta às casas do bairro e regularizar a situação do saneamento, que passa atualmente por um terreno privado.

A Junta de Freguesia, através do seu Presidente, negociou com os proprietários a compra de dois terrenos por um valor acordado de 10.000€ cada (aproximadamente 5€/m²), valor considerado baixo face ao mercado.

O compromisso estabelecido, numa lógica de colaboração diária entre autarquias, definiu que a Junta de Freguesia procederá à aquisição dos terrenos, enquanto a Câmara Municipal assumirá a responsabilidade pelas infraestruturas (condutas) e pavimentação, integrando posteriormente o espaço no domínio público.

A proposta foi levada a reunião de câmara, tendo sido aceite. Contudo, após a negociação inicial pelo Presidente da Junta, surgiram questões legais na formalização da cedência que necessitam de resolução.

Acabada a intervenção do Sr. Presidente do Executivo, foram abertas as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições colocou-se à votação o oitavo ponto da ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Antes de passar ao nono ponto da ordem de trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia perguntou se algum dos Membros da Assembleia pretende efetuar declaração de voto.

Não havendo quem pretendesse fazer declaração de voto, passou-se de seguida à discussão do nono ponto da ordem de trabalhos (**Análise, discussão e votação da compra para cedência de parcela de terreno privado em domínio público municipal**) tendo sido dada a palavra ao Sr. Presidente do Executivo para que este pudesse fazer um resumo deste ponto da ordem de trabalhos.

Tomou a palavra o Presidente do Executivo que informou tratar-se da integração de dois terrenos no domínio público, localizados no Bairro do Pendão, em Ervedosa do Douro. Esta matéria, embora já anteriormente discutida, surge agora com novos contornos técnicos.

A aquisição destes terrenos justifica-se por dois motivos principais: facilitar a circulação do camião do lixo, permitindo dar a volta às casas do bairro e regularizar a situação do saneamento, que passa atualmente por um terreno privado.

A Junta de Freguesia, através do seu presidente, negociou com os proprietários a compra de dois terrenos por um valor acordado de 10.000€ cada (aproximadamente 5€/m²), valor considerado baixo face ao mercado.

O compromisso estabelecido, numa lógica de colaboração diária entre autarquias, definiu que a Junta de Freguesia procederá à aquisição dos terrenos, enquanto a Câmara Municipal assumirá a responsabilidade pelas infraestruturas (condutas) e pavimentação, integrando posteriormente o espaço no domínio público.

A proposta foi levada a reunião de câmara, tendo sido aceite. Contudo, após a negociação inicial pelo Presidente da Junta, surgiram questões legais na formalização da cedência que necessitam de resolução.

Acabada a intervenção do Sr. Presidente do Executivo, foram abertas as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições colocou-se à votação o nono ponto da ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Antes de passar ao décimo ponto da ordem de trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia perguntou se algum dos Membros da Assembleia pretende efetuar declaração de voto.

Não havendo quem pretendesse fazer declaração de voto, passou-se de seguida à discussão do décimo ponto da ordem de trabalhos (**Análise, discussão e votação da representatividade ao abrigo da alínea I) do artigo 17.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo**).

Sobre este ponto, o Presidente da Assembleia informou que se trata de confirmar o prolongamento de um mandato de uma Comissária da CPCJ, Comissária essa que foi eleita nesta Assembleia na sessão de 24/02/2023. Trata-se da Comissária Maria Lúcia Brites Aguiar, que já foi escolhida anteriormente por esta Assembleia como representante na CPCJ. Não há aqui propriamente uma necessidade de votação, a não ser que a Assembleia assim o entenda. O assunto vem à Assembleia porque gosto que os senhores deputados ratifiquem as decisões que tomámos em assembleias anteriores. É mais essa a razão de vir aqui à Assembleia, porque até nem tinha necessidade de vir uma vez que a lei permite que cada Comissário, desde que aceite essa missão, possa ter 3 mandatos sucessivos, mas de qualquer maneira, por uma questão, digamos, de ratificação e para que tenham conhecimento que efetivamente há um mandato que vai ser prolongado, se assim estiverem de acordo, eu perguntaria se alguém se opõe à continuidade da Comissária Lúcia Brites Aguiar na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Alguém se opõe? Não havendo oposição ratificamos o mandato para mais 3 anos da Comissária Lúcia Brites Aguiar.

De seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao Plenário a aprovação em minuta dos pontos 2 a 10 a fim de terem eficácia externa, o que foi aprovado por unanimidade.

ENCERRAMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às 17 horas e 13 minutos, agradecendo a presença de todos e desejando para todos os presentes e respetivas Famílias um bom fim de semana, lembrando que se inicia amanhã a Feira dos Saberes e dos Sabores, um motivo relevante para a confraternização das nossas gentes e para amostra dos nossos produtos regionais.

Relembro que quem necessitar de justificação de falta deve dirigir-se à Mesa.

Dos trabalhos em agenda foi lavrada a ata, que depois de lida, posta a votação e aprovada por unanimidade irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.

O Presidente da Assembleia Municipal



O 1.º Secretário



O 2.º Secretário

